

APRESENTAÇÃO

Paulo Eduardo de Barros Veiga¹
Vivian Gregores Carneiro Leão Simões²

A princípio, o latim aportou no Brasil com os portugueses. Aqui chegou, mais especificamente, na bagagem dos primeiros jesuítas, no ano de 1549 (FARIA, 1959). Desde a criação do primeiro estabelecimento de ensino, ainda no século XVI, o latim foi incluído como disciplina na educação colonial, que privilegiava o ensino de leitura, escrita, contas, além da doutrina cristã. Nesse contexto, o latim gozava de grande prestígio, por ser considerado uma língua do conhecimento, além de sua importância ratificada pela tradição secular, inclusive ao ser associado à Igreja Católica. Dessa forma, o ensino de latim atravessou os séculos da História de nosso país, sobreviveu às reformas pombalinas, no século XVIII, e manteve-se presente nos currículos escolares, mesmo posteriormente, durante o período republicano. Nos séculos seguintes, foi duramente atacado pela vertente tecnicista da educação brasileira, somada à proliferação dos ideais antijesuíticos, iluministas e, também, positivistas. Mais recentemente, com o crescente neoliberalismo, o ensino de latim tenta sobreviver em um meio cada vez mais hostil à universidade, às ciências, às artes e à filosofia.

Durante o século XX, o ensino de latim, no Brasil, passou por um período de avanços e retrocessos, decisivo para a sua reconfiguração entre nós, até 1961, quando houve a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961), que anunciou o início do colapso do latim na educação brasileira. Pela legislação, o estudo dessa língua deixa de ser disciplina regular do currículo da educação básica e passa a assumir o caráter de disciplina optativa, sob a ingerência dos estabelecimentos de ensino. O latim foi, por conseguinte, desaparecendo pouco a pouco do ensino básico, tornando-se restrito aos currículos de nível superior, majoritariamente dos cursos de Letras daquelas instituições “que acreditam na importância da língua e da cultura latina para o entendimento da cultura ocidental”, como salienta o professor Amarante (2013).

¹ Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto. E-mail: pauloveiga@usp.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1250-8237>

² Universidade Federal de Roraima – UFRR. E-mail: vivian.simois@ufr.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0172-760X>.

É surpreendentemente longa, pois, a trajetória do latim nos currículos da educação brasileira, mas não são menos surpreendentes as transformações por que passaram o processo de ensino-aprendizagem dessa língua, as justificativas, os objetivos e os métodos de ensino de latim no Brasil. Várias facetas dos estudos da língua latina já foram evocadas para justificar o interesse e a importância dessa disciplina, à qual, houve época, imputara-se um alto valor para a formação do indivíduo, capaz de construir bases sólidas para o conhecimento e o espírito humanístico. Também, já se considerou o latim enquanto ferramenta de prestígio e recurso de ornamento, eficaz na produção de discursos intelectualoides. É frequente, pois, na literatura brasileira dos séculos XVII a XX, o registro do uso do latim para impressionar ou mesmo ridicularizar, por meio de representações sobre essa língua que podem ser generalizadas em perspectiva histórica (AMARANTE, 2013). Igualmente, argumentou-se, em alguns momentos, sobre a capacidade do latim de aguçar o intelecto, ampliar a observação e desenvolver o raciocínio, propriedades às quais se reportavam professores, autores de métodos e de gramáticas e mesmo admiradores leigos (MIOTTI, 2004) e demais defensores intrépidos do latim. Além disso, o estudo da língua latina também já foi considerado fundamental para o entendimento de línguas modernas ou mesmo necessário para uma compreensão mais completa do português enquanto língua materna, como se fosse imprescindível saber latim para dominar com mais facilidade e clareza o português. Afinal, muitos desses argumentos, quando não são inteiramente falsos, são “primários e podem ser derrubados numa reflexão mais consistente” (FIORIN, 1991).

Apesar de todas as intempéries e sob as mais divergentes justificativas, o ensino de latim se manteve, de modo relativamente estável, vinculado à academia, especialmente nos cursos de Letras das Instituições de Ensino Superior de todo o país. Semelhantemente ao que ocorreu com as artes e a filosofia, foi o espaço universitário o responsável por salvaguardar essas áreas que foram relegadas pelas instituições que até então as protegiam, como a igreja. Logo, nas universidades ou em parcerias com elas, surgiram instituições em defesa desse conhecimento mais recentemente descartado, considerando o percurso do ensino de línguas antigas no país. Assim, na década de 80, com a criação da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, a SBEC, os estudos sobre a Antiguidade Clássica ganharam novo vigor. Essa geração que fez nascer uma voz uníssona sobre e pelos Estudos Clássicos no Brasil lançou para o mundo antigo um olhar crítico e reflexivo e formou novas gerações de classicistas que divulgaram o latim pelo país adentro com grande entusiasmo.

Estabelecendo, dessa forma, diretrizes que permanecem orientando as novas gerações, e não somente, o fôlego insuflado pela SBEC e pelos numerosos Grupos de Pesquisas que surgiram em seu escopo, fora, mais recentemente, reavivado pela fundação da ABPL, a Associação Brasileira de Professores de Latim, em 2016, cuja finalidade é organizar, em nível nacional, os profissionais, pesquisadores e estudiosos que se dedicam ao estudo, ensino e difusão da língua e da literatura latinas. Foi junto da Universidade, portanto, que o latim firmou sua agenda de resistência e, a partir dela, conseguiu se reinventar. Por conseguinte, aqueles classicistas que outrora se preocupavam com o conteúdo a ser ministrado nas aulas de latim, com quais pontos seriam mais importantes para o aluno-aprendiz, voltaram a sua atenção, agora, para o “como ensinar latim”, “por que meios?” e mesmo “para quem”, uma vez que o processo de ensino-aprendizagem reflexivo leva em consideração o contexto de vida do aluno. Inclui-se, nessas hesitações, o mais recente obstáculo: a sindemia do Novo Coronavírus, enquanto problema de saúde e de política. Assim, continuamos a estudar, a aprender e a ensinar latim no Brasil, mesmo diante de tantas adversidades enfrentadas no campo educacional e social.

Enquanto a universidade, em sua missão e autonomia garantidas por lei (Art. 207 da Constituição Federal de 1988), puder permanecer defendendo as ciências, as artes, os esportes, a filosofia e as línguas, sem excluir suas literaturas e a importante tarefa do tradutor, nós – professores, alunos, funcionários, comunidade – devemos continuar acreditando “na força da Universidade”, como dirá o professor José Amarante, em entrevista que compõe este dossiê. É preciso, pois, nutrir uma resoluta esperança, porque, nesse cenário de guerra ao conhecimento, “ter esperança é um ato de coragem”, em acordo com o pesquisador.

O ensino de latim, portanto, deve permanecer existindo na educação do país, enquanto se deseja construir, de fato, uma nação livre e resistente a políticas nefastas, que cobijam uma sociedade abrutecida, desigual, preconceituosa e precária. Por isso, este dossiê concentra-se em expor textos que discutem, dentre diversos temas, sobre os caminhos do ensino do latim no Brasil, a fim de “manter algum nível de esperança, enquanto cuidamos da garganta e da estratégia para um grito coletivo”, em menção à generosa entrevista do professor Amarante.